

# DA POLÍTICA À INSTRUÇÃO: RELAÇÕES ENTRE AS CULTURAS POLÍTICAS E AS PRÁTICAS ESCOLARES PUBLICADAS NO JORNAL DA *PARAHYBA* (1880-1889)

Victor Albuquerque Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** O referido trabalho tem como objetivo a análise das relações entre as culturas políticas e as práticas escolares empregadas pelas autoridades provinciais na sociedade paraibana, tomando como fonte e objeto de estudo os artigos do *Jornal da Parahyba* nos anos de 1880-1889 em virtude da intensificação dos embates políticos. Dentre os temas identificados ressaltamos os de caráter instrucional como: a questão da *Instrução Popular*, do *Ensino Primário Obrigatório*, e a efetivação da *Escola Normal*. Em relação ao universo das culturas políticas podemos destacar o alcance do poder provincial por parte do partido conservador até a proclamação da república no ano de 1889 e a instauração de um novo modelo político para o país. Estabelecendo essa conexão, propõe-se realçar o papel importante dos jornais como proclamadores de ideários pedagógicos que nos permitiram adentrar ao universo cultural do período no sentido de compreender a circulação de ideias e práticas educativas pretendidas entre os anos de 1880 e 1889. Com isso, o *Jornal da Parahyba* é evidenciado como um dos mais influentes periódicos do período, pois o jornal criado por Silvino Elvidio Carneiro da Cunha tornou-se expoente do partido conservador. O homem responsável pela criação do referido jornal, conhecido como Barão do *Abiahy* ocupou também o cargo de diretor da instrução pública da província *parahybana*. Dessa forma, o periódico foi órgão responsável pela divulgação dos atos oficiais do governo na segunda metade da década de 1880. Isso nos mostra a relevância desse estudo para entendermos o contexto em que se deram as transformações estruturais no que se refere a instrução em conexão ao poder governante vigente. Pretendemos aqui nos referir aos embates e jogos de poder em torno de projetos de nação presentes no Brasil oitocentista. Além disso, pudemos constatar ligações entre os efervescentes posicionamentos políticos conservadores e liberais em diálogo com vários aspectos da sociedade paraibana à época, identificando por meio dos debates nos jornais o enfoque dado pela dialética que insistia em afirmar: *Instruir é civilizar e civilizar é instruir*.

**Palavras-chave:** Culturas políticas, práticas escolares, Jornal da Paraíba.

## INTRODUÇÃO

Quais seriam as motivações que nos levariam a analisar as relações entre as culturas políticas e as práticas escolares empregadas pelas autoridades provinciais paraibana, tendo como objeto e fonte de pesquisa um jornal dentro desse vasto campo de estudo?<sup>2</sup> Partindo desse ponto inicial de questionamento, concordamos com a Prof.<sup>a</sup> Socorro de Fátima p.

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal da Paraíba e bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPQ) no projeto “Imprensa e impressos na Paraíba na segunda metade do século XIX: tipografias, livros e compêndios escolares” com o plano de pesquisa: “O Jornal da Parahyba (1862-1889) e a *Typografia Parahybana*, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia E. Cury.

<sup>2</sup> Este artigo é parte das reflexões desenvolvidas nas reuniões do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO), durante o período da vigência da bolsa de iniciação científica (PIBIC/CNPQ) no projeto “Imprensa e impressos na Paraíba na segunda metade do século XIX: tipografias, livros e compêndios escolares” com o plano de pesquisa: “O Jornal da Parahyba (1862-1889) e a *Typografia Parahybana*, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia E. Cury na Graduação de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba, com financiamento do CNPQ.

Barbosa<sup>3</sup> que enfatiza o uso do jornal como “linguagem” e assim, neles, detinha-se visões da sociedade, das ocorrências diárias, do cotidiano presente nas páginas que circulavam por toda a província. Deixamos claro que temos como visão da imprensa, e consequentemente do Jornal como divulgador de discursos e práticas sobre a instrução buscando as oposições e aproximações dos discursos liberais e conservadores sobre a instrução<sup>4</sup>. Esse artigo também tem pilares na nova História Cultural e Política, trazendo a noção de “experiência histórica” Thompsoniana<sup>5</sup> que nos faz refletir sobre possibilidades, incertezas e escolhas a partir das fontes em uso. Também buscando os conceitos dos Historiadores Ronaldo Vainfas no tocante à importância do estudo das mentalidades e aproximação maior com a antropologia para solucionar certas lacunas e Roger Chartier quando nos mostra que devemos observar a diversidade dos objetos e das perspectivas metodológicas como um movimento sem unidade nas abordagens, mas sim, nascido em meio a trocas de debates<sup>67</sup>. Os jornais antes de tudo, carregam fatos dos ocorridos em uma determinada localidade, informando os leitores da cultura as notícias que vinham da corte. É importante observar o jornal também como propagador de visões e ideários<sup>8</sup> políticos desde de seus tipógrafos aos leitores. Sendo assim, podemos ver nos jornais uma importante fonte para analisar a sociedade nas mais diversas áreas, nesse caso a Instrução e práticas pedagógicas, da sociedade da penúltima década da metade do séc. XIX.

Esta prática, no campo dos estudos historiográficos, por sua vez, pode ser registrada por depoimentos sobre a leitura, às vezes em textos no corpo do próprio jornal, mas também pode ser reconhecida, se partimos do pressuposto de que o jornal funcionava como uma “linguagem” que, por si só, oferecia aos seus contemporâneos protocolos que regravam e definiam os modos de ler e escrever daquela época [...] Nesse sentido, eles representam modos de ver e dizer uma época, por isso gêneros históricos e de fundamental importância para a reconstrução da vida literária dos Oitocentos. (BARBOSA In: CURY e MARIANO (org.), 2009, p. 89-90).

Também é passível de citação que, os jornais no séc. XIX tinham papel destacado na divulgação dos atos do presidente de província, da câmara e até do Imperador. Nesse momento, tendo posto na ‘mesa’ as questões metodológicas iniciais, podemos relatar o porquê do uso do Jornal da *Parahyba* objeto e fonte para o referido artigo. Usamos o Jornal da *Parahyba*, nesse primeiro momento, por verificarmos nas pesquisas<sup>9</sup> os fortes embates que efervescem a partir de 1881 entre conservadores e liberais no tocante a instrução<sup>10</sup> e os projetos de nação que estavam presentes da corte as províncias. O jornal da *Parahyba* trava importantes disputas com jornais de cunho liberal, criticando-os por ações que segundo o jornal são incompatíveis com o senso comum paraibano ao ponto que publica duras críticas ao governo provincial por erros na administração da *Parahyba* do Norte, tendo como tema das

<sup>3</sup> Consultar BARBOSA In: CURY e MARIANO (org.) (2009).

<sup>4</sup> Consultar SOUZA (2013)

<sup>5</sup> Consultar THOMPSON (2002).

<sup>6</sup> Consultar VAINFAS (2011).

<sup>7</sup> Consultar CHARTIER (2006).

<sup>8</sup> É importante atenta-se ao fato de que no séc. XIX os jornais além de noticiar os fatos, carregavam ideias políticas presentes na sociedade.

<sup>9</sup> As pesquisas citadas no texto fazem parte da vigência da bolsa de iniciação científica (PIBIC/CNPQ) no projeto “Imprensa e impressos na Paraíba na segunda metade do século XIX: tipografias, livros e compêndios escolares” com o plano de pesquisa: “O Jornal da Parahyba (1862-1889) e a *Typografia Parahybana*, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia E. Cury utilizando as fontes presentes no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e na Hemeroteca Digital nos anos de 2015-2016.

<sup>10</sup> O texto detém-se a analisar os embates políticos em torno das visões pedagógicas a partir de 1881-1889, destacando-se a primeira metade da década por haver maiores debates em torno da educação no jornal da *Parahyba* por conta do partido liberal está no poder.

mesmas questões da Instrução Popular, Ensino Primário Obrigatório, e a Escola Normal, dentre outros<sup>1112</sup>. No segundo momento, em meados de 1884 podemos ver o *Jornal da Parahyba* com uma nova atitude, não mais criticando, mas relatando os atos oficiais do governo como Órgão proclamador dos atos oficiais do governo provincial, deixando de lado seu poder crítico e apenas reverberando os pontos positivos dos presidentes provinciais conservadores. Esse ponto é essencial para entendermos a importância do uso mesmo do corte proposto, pois ele nos evidencia esses dois momentos de oposição-poder e com isso, em nosso artigo, analisaremos por meio de alguns recortes do jornal a oposição e os debates que envolvem a instrução. Em um primeiro momento, críticas ao governo liberal, entre isso os regimentos da Corte. Em um momento posterior, os atos do poder provincial presentes nas páginas do jornal divulgador do governo.

## EFERVESCÊNCIAS: EMBATES CONSERVADORES E LIBERAIS EM QUESTÕES DA INSTRUÇÃO

Antes de adentrarmos aos embates registrados no *Jornal da Parahyba*, devemos entender alguns conceitos importantes que são de suma importância para que entendamos em qual contexto estamos analisando esse periódico. Um dos quais é o da instrução. Com isso, seguindo a ideia da Instrução, SCHUELER (2015)<sup>13</sup> diz que:

A memória sobre a escola oitocentista emergiu como penumbra, silenciada pelas glórias dos projetos republicanos de educação. No entanto, no Império brasileiro, a instrução apareceu como um problema geral, que mobilizou diversos agentes e estratégias ao longo do século. “A invenção do Brasil” constituía-se num projeto político que demandava a construção da ideia de unidade nacional, a conformação de um território e de um povo, forjando um passado comum, sob a direção das classes senhoriais e das elites intelectuais e políticas. (SCHUELER In: CURY; GALVES e FARIA (org.), 2015, p. 24).

A instrução vem a surgir na “Constituição de 1824, no artigo 179, parágrafo 32: ‘*A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos*’” SCHUELER (2015, pg. 24). É importante lembrarmos do forte teor Liberal que contem a Constituição de 1824 sendo caracterizado pela liberdade e prosperidade, também surge como direito fundamental de garantias individuais. Então, podemos observar que, a partir de agora, ficaria a cargo do poder provincial a gratuidade a todos os cidadãos<sup>14</sup>, prover a instrução oficial. Além disso, como bem diz MAGALHÃES (2011)<sup>15</sup> em seu texto, devemos ver o Brasil como “polo fundamental” da economia do lado atlântico. Tomando posição de destaque ao ponto em que se torna palco de lutas e rivalidades no campo político, embates esses que marcavam os desenvolvimentos complexos economia, comercial e jurídico. Temos que ver com um olhar cuidadoso, pois nesse momento, ***as efervescências sobre modelos políticos e mais à frente de nação, estavam cada vez mais presentes das câmaras provinciais as mesas no café da manhã***<sup>16</sup>. Seguindo esse ideal de *instruir é civilizar e civilizar é instruir*, podemos observar o

<sup>11</sup> Aproximadamente até meados de 1883 a *Parahyba* do Norte era comandada por presidentes que faziam parte em sua maioria do Partido Liberal, gerando duras críticas do *Jornal da Parahyba* que tinha clareza na forte oposição política.

<sup>12</sup> O jornal da *Parahyba* se proclama como representante do Partido Conservador e a partir da segunda metade dos 1800 também como Órgão do Governo após a chegada ao poder por parte dos conservadores.

<sup>13</sup> Consultar SCHUELER In: CURY; GALVES e FARIA (org.) (2015).

<sup>14</sup> Segundo SCHUELER (2015) ficariam excluídos das políticas da instrução oficial mesmo sem serem citados no artigo 179, parágrafo 32 os escravos por não serem considerados cidadãos.

<sup>15</sup> Consultar MAGALHÃES In: CURY e ROCHA (org.) (2011)

<sup>16</sup> Grifos nossos.

projeto de nação e suas motivações na nos modelos pedagógicos do séc. XIX. Há uma necessidade por parte do poder Imperial de criar uma consciência de nação, a civiliza-la em meio as disputas entre centralização de poder e o municipalismo<sup>17</sup>.

A história da formação do Estado imperial brasileiro oitocentista foi também a invenção da *instrução* e de sua emergência como uma temática relacionada às políticas e às leis do Estado, que buscava, através dela, civilizar e iluminar a nação. (ABREU In: VAINFAS (dir.) 2002, p. 383)

## O JORNAL DA PARAHYBA: ANÁLISES ENTRE CULTURAS POLITICAS E PRATICAS ESCOLARES EMPREGADAS NA SOCIEDADE E SEUS CONTEXTOS

Esse novo modelo de instrução, agora partindo da obrigatoriedade pública<sup>18</sup>, transformou progressivamente as estruturações da educação em nosso país. E logicamente, na província da Parahyba do Norte foram adotadas as novas normas vindas da Corte. Nos absteremos da análise do primeiro momento das mudanças após 1824<sup>19</sup>, e, a partir de agora veremos os embates entre a efetivação desses modelos liberais para instrução na Paraíba por meio de alguns fragmentos retirados do Jornal da *Parahyba*. É nessa oposição de posicionamentos que nos baseamos em buscar as ‘rusgas’ no tocante as questões que envolvem a instrução.

O jornal da Parahyba criado por Silvino Elvidio Carneiro da Cunha<sup>20</sup> no ano de 1862, tendo destaque dois momentos do séc. XIX pois foi representante do partido conservador, e tendo assim importantes divergências com o poder liberal, além do mais, o jornal nos mostra ter uma linguagem próxima aos dilemas presentes no séc. XIX já citados anteriormente. O jornal também se caracteriza por relatar fatos do cotidiano provincial. E após a ascensão dos conservadores ao poder na década de 1880, torna-se órgão oficial do governo provincial da Paraíba. Mostra-se divulgador ferrenho dentro de seus editoriais das questões da instrução. Podemos observar nos editoriais, problemáticas que envolvem a instrução popular, regimentos, concursos para suprir vagas nas primeiras letras, temas que envolvem a obrigatoriedade do ensino primário, a Escola Normal e mais à frente, números sobre o Lyceu, dentre outros. Também é importante citar as preocupações do jornal, em seus artigos, no tocante as melhorias da instrução. Nesse ponto, há proximidades com os jornais liberais.

A partir de agora, vamos analisar alguns fatos que para esse artigo elencamos para entendermos como se davam essas ‘batalhas’ entre conservadores e liberais no tocante as questões diárias da instrução. Para isso, buscamos na fonte alguns recortes que demonstrem posicionamentos fortes de oposição em detrimento do tema. Acreditamos com isso, sabendo da não tão imparcialidade<sup>21</sup> do Jornal, chegarmos ao que chamo de **visões da história**<sup>22</sup>, representações que buscamos da sociedade a partir dos periódicos. Os temas sobre instrução estão sempre presentes nas páginas do jornal da *Parahyba* nos 1880. Observemos essa notícia que uma resposta ao Dr. José Maria Corrêa das Neves após uma crítica do jornal a forma que

<sup>17</sup> Questões essas que viam presentes desde as revoltas regenciais na primeira metade do séc. XIX e a cada dia mais eram motivos de debates.

<sup>18</sup> Concordamos com SCHUELER (2015) quando nos alerta a não olharmos a escolarização apenas como ação do Estado. Mas, tendo participação de pessoas, famílias, grupos sociais, dentre outros.

<sup>19</sup> O autor busca a análise desses embates na década de 1880 onde baseia-se o artigo.

<sup>20</sup> Além de criador do Jornal da *Parahyba*, foi um dos mais importantes representantes do Partido Conservador, bacharel em Direito e presidente de província em algumas oportunidades na História Paraibana.

<sup>21</sup> Segundo SOUZA (2013) o Jornal da *Parahyba* diz ter a imparcialidade, mas sabemos que, ela não representa sua totalidade pois vemos integrantes do partido conservador alcançarem o poder como o próprio Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, o Barão de Abiahy.

<sup>22</sup> Grifos nossos.

estavam sendo feito as escolhas de examinadores para os concursos que não fossem vinculadas aos Lyceos, nos mostrando um forte teor ideológico:

No número 2172 do Jornal da *Parahyba*, de 30 de julho findo, formulamos uma leve censura ao Dr. Delegado especial da instrução primaria e secundaria do município da corte, nesta província, comendador Lindolfo José Correia das Neves por haver melhor aquinhado. Com flagrante preterição dos lentes do Lycêo, nos exames geraes de preparatórios, à que ultimamente procedêo à seu filho bacharel José Maria Correia das Neves, dando-nos com isto um exemplo da mais feia afilhadagem, do que é *inimigo* irreconciliável – como se inculca. Assim procedendo, **exercemos o nosso direito de oposicionistas e de imprensa moralizada**, do que não podemos ser tolhidos por qualquer chichisbéo de gazeta – a phrase é *lindolfiana*. (JORNAL DA PARAHYBA, 06 de agosto de 1881, grifos nossos)

Podemos observar nesse recorte o papel combativo do Jornal da *Parahyba* aos erros que se comente nas ações que envolvem a instrução e principalmente, destacarmos a importância da instrução para o periódico. Vemos isso claramente quando o jornal destaca ser uma “imprensa moralizada”. Essa é a visão que o jornal nos fornece, a visão crítica dos fatos. Observamos agora um jornal engajado com a instrução direcionada as camadas pobres da educação. SOUZA (2013) nos atenta a observarmos o editorial de 01 de março de 1882 do Jornal da *Parahyba* que relata debates de números anteriores do que é chamado péssimo estado da instrução pública, chegando a ser desanimador, transcrevendo a fala dos editores, as condições para aprendizado na mesma. Podemos atribuir nesse pensamento, as dificultarias condições de trabalho dos professores, a baixa quantidade dos mesmos chegando a ser uma tarefa árdua o envio dos filhos para a escola para os pais. Podemos observar uma intencionalidade conservadora pois é destacado a instrução como primeiro momento de contato com o conhecimento e que com ela, guiaria os jovens em sua caminhada. Então, podemos concluir que a instrução seria a de “acordar o jovem” e torna-lo participante da sociedade, praticando os bons costumes difundidos pelos conservadores.

O jornal da *Parahyba* continua com seu lado questionador, nesse momento sempre evidenciando em enquadramento principal suas críticas aos erros de administração na instrução. Nesse caso, vemos uma crítica a câmara e ao administrador da província no tocante a instrução pública e cobrando melhorias ao magistério primário:

Se actualmente a instrucção publica, sendo “objeto dos incessantes cuidados do governo imperial, merecerá da câmara muito mais atenção”. Como se lê no projeto de resposta á fala do throno – vista está, o administrador dessa província, immediato agente d’esse governo, que tão solememente se comprometeu perante o paiz á diffundir a instrucção popular por meio de professores educados nas escolas normaes, não pode deixar de, prestando a devida ou antes muito especial atenção ás nossas imparciaes observações, cuidar nos meios de ir melhorando, tanto quanto for possível, o magistério primário. (JORNAL DA PARAHYBA, 06 de agosto de 1881)

Devemos ver esse recorte como um alerta em busca da fortificação da instrução de primeiras letras. Além disso, os jornalistas cobravam maior incentivo por parte do governo da província, além do que, seguia-se a noção já citada no artigo de ser patriótico e conceber na juventude o dever da utilidade do ser<sup>23</sup>. Em harmonia a isso, podemos observar o papel que regulador que o Jornal da *Parahyba* toma para si influenciando as práticas pedagogias da província. Em algumas edições, o jornal critica a alta taxa de impostos que em grande parte vinham dos mais desprovidos financeiramente e cobra que esse dinheiro seja revertido em melhorias nas questões que envolvam a instrução. Em seu número de 17 de junho pontua claramente isso dizendo:

<sup>23</sup> Debates propostos após a leitura da edição de 01 de março de 1882 do Jornal da *Parahyba*.

“E porque a nossa missão na imprensa tem um duplo fim: - auxiliarmos o governo, indicando algumas medidas, á fim de que a educação popular seja perfeita, - censuramos os abusos”  
(JORNAL DA PARAHYBA, 17 de junho de 1882).

Ficando nítido sua função enquanto jornal de “zelador” da sociedade, mantendo sempre em evidencia esses debates por acreditar em que com isso, há o desenvolvimento da moral e sendo útil a sociedade. É visto vários outros debates que poderíamos nos aprofundar como **a visão que os conservadores tinham da instrução como fator fundamental na formação do ser**<sup>24</sup>, além disso, a má educação geraria questões como o aumento da violência, ignorância intelectual não a civilidade.

Falando sobre a docência, seguindo o que SCHUELER (2015)<sup>25</sup> nos mostra ao afirmar que em um papel ambíguo o docente se localizava entre funções como o sacerdócio, o burocrata, a militância política, dentre outros. Os professores sempre estiveram em meio ao centro das disputas de poderes, participando e tendo interesses políticos nas variadas áreas como na política local, Estado, ademais, souberam utilizar de seu espaço social para obtenção de redes de clientela para galgar ter benefícios do Estado. Localizamos aqui o professor como agente participativo de seu tempo, há uma integração do mesmo no meio em que vive e usando de sua profissão como fator de influência. Também é importante falar do processo da formação do professor, não houve um processo de profissionalização, pois é possível ver a existência mutua do modelo mais clássico e o de escolar. Assim, podemos ver que ser professor nos 1800 foi um ato de experimentação de mudanças em vários âmbitos como na forma de trabalho e metodológicas, chegando a suas vivencias práticas nesse processo de formação identitária.

## **UMA NOVA ABORDAGEM: O PARTIDO CONSERVADOR NO PODER DA PARAHYBA DO NORTE E O JORNAL DA PARAHYBA COMO ORGÃO OFICIAL DO GOVERNO**

Em meados de 1883-1884 o partido conservador consegue chegar ao poder e permanecer até a proclamação da república em 1889. Um fato interessante desse recorte são as mudanças que podemos ver na estruturação do jornal da Parahyba, que agora, torna-se órgão responsável do governo provincial<sup>26</sup>. No primeiro momento, há uma drástica diminuição no tocante aos editoriais que antes viam a cada edição com visibilidade nítida aos leitores. Não podemos afirmar com tamanha certeza, pois estamos a analisar séculos depois, mas podemos supor que essas mudanças se mostram presentes após a chegada dos conservadores ao poder. Temos dois caminhos a serem visto nesse momento: 1• há uma mudança, pois, a partir desse momento o jornal não serve apenas ao partido conservador, mas, torna-se órgão responsável de divulgação dos atos do governo provincial<sup>27</sup>. Logo, é necessária tal mudança para que novas para realocação de uma demanda maior de informes sobre os atos do presidente de província<sup>28</sup> e com isso, algumas seções assim seriam extintas. 2• uma outra visão que podemos ter ou fato curioso, é de que com a chegada ao poder do partido conservador, as críticas que ocorriam contra o governo liberal seriam desnecessárias e seria, a partir de agora de estrita competência dos conservadores zelarem e corrigirem quaisquer erros que viessem a aparecer no que se refere a instrução. Além do mais, com essa chegada ao

<sup>24</sup> Grifos nossos.

<sup>25</sup> Consultar SCHUELER In: CURY; GALVES e FARIA (org.) (2015).

<sup>26</sup> Se autoproclamado como é visto na página inicial de sua edição a partir da chega ao poder provincial paraibano do partido conservador.

<sup>27</sup> Deixando o lado da oposição ao partido liberal e tornando-se situação ao chega no poder da *Parahyba*.

<sup>28</sup> Nas pesquisas pode-se perceber o aumento considerável de notícias referentes aos atos do Presidente de província.

poder, no sentido das mentalidades da época<sup>29</sup>, entendemos que o jornal não publicaria casos de erros de sua administração, mesmo recordando o uso pelo jornal do termo “imparcial” ao trata-se de seu papel para sociedade. Em alguns momentos vemos debates, mas trazendo editoriais do ano de 1882<sup>30</sup> para argumentação. Bem, deixando claro esses questionamentos, podemos observar agora algumas sequências que acreditamos ser importantes de analisar nesse segundo período de vida do jornal da *Parahyba*, agora como órgão oficial do governo. O jornal passa a ter um caráter de divulgação dos atos oficiais do governo mudando sua estruturação. Seguindo o já dito anteriormente, podemos observar na imagem a seguir que o jornal da *Parahyba* a partir da referida data toma um aspecto mais proclamador dos atos do governo. Esses embates sobre a obrigatoriedades ficam presentes até a proclamação da república em 1889.

Figura 1 e 2 – Parte Oficial: Regulamento N. 33 e Disciplinas do Lyceu.

| 1.º ANNO.                 |         |
|---------------------------|---------|
| Portuguez .....           | 3 horas |
| Mathematicas .....        | 2 »     |
| Desenho .....             | 1 »     |
| Muzica .....              | 1 »     |
| Gymnastica .....          | 1 »     |
| Religião .....            | 1 »     |
| Trabalhos de agulha ..... | 1 »     |
|                           | 10      |

  

| 2.º ANNO.                                        |         |
|--------------------------------------------------|---------|
| Portuguez .....                                  | 2 horas |
| Mathematicas .....                               | 3 »     |
| Geographia .....                                 | 2 »     |
| Elementos de sciencias phisicas e naturaes ..... | 3 »     |
| Desenho .....                                    | 1 »     |
| Muzica .....                                     | 1 »     |
| Gymnastica .....                                 | 1 »     |
| Trabalhos de agulha .....                        | 1 »     |
|                                                  | 14 »    |

Fonte: jornal da Parahyba, 21 de janeiro de 1886.

Sucedendo-se em todas os números seguintes de apenas notícias que ilustram atos oficiais do governo no que se refere a instrução, nomeações, requerimentos, expedientes do secretário, dentre outros que estão presentes em sua grande maioria nas seções Parte Oficial, Noticias Diversas, Editaes. Mostrando a parte administrativa que o jornal teve após se tornar órgão oficial do governo.

Nesse meio, o Jornal da *Parahyba* continua com as críticas a corte, como pode ser notado no jornal de 15 de julho de 1882 quando questiona a eficácia do sistema de ensino primário obrigatório, pelos poucos incentivos empregados para a implantação. Assim, não esqueçamos da visão que o jornal proclamava de que essa obrigatoriedade só deveria ser possível se o governo detivesse capacidade de atender todas as camadas, e em especial as mais pobres<sup>31</sup>. Podemos constatar que esses debates que aparecem muito antes de 1882 vão se perpetuando a efetivação da republica pois eles representariam os conceitos de projetos de nação. Não há como negar a importância do jornal da Parahyba como fonte importante para

<sup>29</sup> O autor não conseguiu achar estudos que demonstrem a intencionalidade da diminuição gradativa dos editoriais e outras noticiais que cobravam melhorias na instrução. Com isso, partimos, com devido cuidado, para suposições acerca das causas desse ato.

<sup>30</sup> Acreditamos que como comprovado na pesquisa, esses questionamentos surgiram a partir de confrontos da agora oposição liberal contra a situação conservadora.

<sup>31</sup> Uso do Jornal de 1882 na retomada a discursão em 1887.

os análises de embates entre partidos conservadores, pois desde de sua importância ao ser a oposição ao partido liberal<sup>32</sup>, tendo como senso crítico uma de suas principais características.

Chegamos em 1889 e é proclamada a república, e com isso todas as estruturas da sociedade brasileira em um processo lento vão sendo relocados. O império já não existe mais, províncias são transformadas em Estados e o Presidente de província torna-se Governador. Não apenas as estruturas políticas são transformadas, mas as de cunho educacional também. O Brasil caminha a partir das necessidades de modernização para uma educação mais tecnicista e focando nas aptidões regionais e locais. Podemos caracterizar a influência da primeira guerra mundial e os modelos de educação Inglês e Norte-americano sendo usados modelos de escolarização. A clássica instrução que visava os aspectos dos ‘bons modos’ a cada dia mais foi atualizada por uma escolarização prática e que vise o conhecimento técnico para o uso das maquinas nas indústrias. Magalhães (2011) nos diz que:

A implantação da República brasileira, em 1889, ficou gravada por um conjunto de diplomas que valorizam a escolarização como meio de progresso e cidadania. Eram diplomas que consagraram a noção de um sistema orgânico para a instrução, inspirado no positivismo. A progressão curricular e a formação docente foram asseguradas numa solução arquitetônica que, uma vez implementada em S. Paulo (1894), veio a tornar-se extensiva aos outros estados – os Grupos Escolares. (MAGALHÃES In: CURY e ROCHA (org.), 2011, p. 24)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse artigo, foi de forma resumida, primeiramente mostrar que é possível conceber uma pesquisa com pilares na História da Educação se desvencilhando do modelo clássico da historiografia que tende de prezar pelas fontes mais metodologicamente “fiéis” ao fato<sup>33</sup>. Podemos perceber a riqueza que podemos encontrar nas folhas de um jornal. Podemos ver a história em movimento, como nos exemplos e continuidades de debates que vimos de forma resumida nesse artigo. A análise a partir dos jornais torna-se essencial para preenchermos essas lacunas que os regimentos não nos mostram. Quando o autor usa “Efervescências” é para caracterizar todo esse turbilhão de visões, oposições e dialéticas que um artigo em uma constituição pode e deve causar numa sociedade. Observando isso, o jornal da *Parahyba*, para História da Educação paraibana é indispensável pois ele tem fator ímpar. Sempre teve o papel questionador e influente<sup>34</sup> em no segundo momento, viveu no outro lado de comandar e ter o poder de mudar o que criticava. É nesse “chão” que o autor pretendeu conseguir fazer uma análise, sem pretensões de se tornar a verdade dos fatos que envolvem a instrução na década de 1880. Mas um estudo que partiu das inquietações do mesmo no que tange as motivações e os embates que ele via frequentemente em sua pesquisa de Iniciação Científica e em conversas com sua orientadora, além das leituras importantíssimas citadas nas referências ao fim do artigo. A História é riquíssima de detalhes, que saltam aos olhos, como os citados no presente artigo. O jornal da *Parahyba* tem sua importância nessa análise, mas o autor elenca ao leitor como principais questões as de cunho das mentalidades, dos porquês, das culturas políticas, situações e oposições em meio a embates para decisões que vieram acrescentar de maneira significativa a instrução na *Parahyba* do Norte oitocentista.

<sup>32</sup> Critico importante e tendo notada importância nesse artigo por essa característica.

<sup>33</sup> Como por exemplo os regimentos, leis, normas, enfim, uma gama de atributos gerados pelo governo para controle de seus atos.

<sup>34</sup> Referência as Culturas Políticas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. “Instrução”. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva. 2002.

BARBOSA, Socorro de Fátima P. Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BURKE, Peter. O que é História Cultural? Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982.

CHARTIER, Roger. A História Cultural. Entre Práticas e Representações. Portugal, DIFEL, 2002.

\_\_\_\_\_. A nova história cultural existe? In: PESSAVENTO, Sandra. História e linguagens. RJ: 7Letras, 2006, pp. 29-44.

CURY, Claudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena de Martins de (org.). O Império no Brasil: Educação, Impresses e Confrontos Sociopolíticos. São Luis: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

\_\_\_\_\_; MARIANO, Serioja Cordeiro (org.). Múltiplas Visões: Cultura Histórica no Oitocentos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

\_\_\_\_\_; ROCHA, Solange Pereira da. Culturas e Sociabilidades no Oitocentos: possibilidades de pesquisa. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2011.

Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO. Disponível em: <<http://www.carlamaryoliveira.pro.br/gheno/>> Acesso em: 26 de junho de 2016.

HEMEROTECA DIGITAL. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 26 de junho de 2016.

História da Paraíba: Um barão com fama de visionário. 2011. Disponível em: <<https://paraibahoje.wordpress.com/2011/06/19/historia-da-paraiba-um-barao-com-fama-de-visionario/>> Acesso em: 26 de junho de 2016.

Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19: Produção, Circulação e Representação em Jornais Periódicos do século 19. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>> Acesso em: 26 de junho de 2016.

MARTINS, Eduardo. *Primeiro jornal paraibano*: apontamentos históricos. João Pessoa: A União, 1976.

MARTINS, Eduardo. Tipografia do Beco da Misericórdia. João Pessoa: A União, 1978.

PARAHYBA DO NORTE, Província da. O “Ato Adicional de 1834” e a instrução da Província da Parahyba do Norte: momentos de incertezas e inseguranças institucionais (1834-

1840). In: Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: cultura escolar, migrações e cidadania. Porto, Portugal: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2008. (CD-ROM).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; FERRONATO, Cristiano de Jesus (org.). Temas sobre a Instrução no Brasil Imperial (1822-1889). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

SOUZA, Thiago de Oliveira. Imprensa e instrução na Parahyba do Norte: cultura educacional e culturas políticas nos anos dos 1880. Dissertação de Mestrado. UFPB, 2013.

THOMPSON, Edward. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade, vol. 1. Tradução: Denise Bottmann. Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. Educação e experiência. In: \_\_\_\_\_. Os românticos. A Inglaterra na era revolucionária. Tradução: Sergio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (org). Domínios da história. SP: Campus, 2011, p. 139-140.